

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

1º Semestre 2006

REFERÊNCIA: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO (S) PLANO (S) DE BENEFÍCIOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 17/08/2006, verificou a documentação disponibilizada pela entidade para análise do resultado da Política de Investimentos e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores

Verificamos, com base na documentação suporte, que a entidade está mantendo a gestão dos recursos em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos.

2 – Rentabilidade

Verificamos, com base na documentação suporte, que a rentabilidade auferida no 1º semestre está acima da meta atuarial estabelecida na Política de Investimentos, uma vez que esta é calculada com base no índice IGPM + 6% ao ano. Com a instabilidade do índice IGPM no decorrer do primeiro semestre de 2006, a rentabilidade ficou acima da meta, e acompanhou o retorno do CDI que é o benchmark das aplicações financeiras da Fundação.

- a) Meta Atuarial: 4,40%
- b) CDI: 7,77%
- c) Gestão Conservadora: 7,78%
- d) Gestão Agressiva: 7,67%
- e) Operações com Participantes: 11,04%

3 – Custos da Gestão

Verificamos, com base na documentação suporte, que os custos administrativos com gestão de recursos ficaram dentro do planejado e foram os seguintes:

- a) Consultorias: R\$ 29.874,60
- b) Custódia: R\$ 25.265,15
- c) Taxa de Administração: Não Houve
- d) Taxa de Controladoria: R\$ 20.160,28

4 – Controle de Riscos

Verificamos, com base na documentação suporte, que os riscos de crédito e da divergência não planejada estão em conformidade com os estabelecidos na Política de Investimentos.

REFERÊNCIA: CONTROLES INTERNOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 17/08/2006, verificou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficiência dos controles internos e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Segregação de Atividades e Funções

Verificamos, com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10º da Resolução MPS/CGPC nº13, de 1º de outubro de 2004.

2 – Calendário de Obrigações

Verificamos, com base nos controles internos, que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal, participantes, patrocinadores e conselhos.

3 – Cronograma de Controles Internos

Verificamos que a entidade elaborou o cronograma de adequação dos controles internos, consoante ao § 1º do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº13, de 1º de outubro de 2004.

4 – Regimento Interno e Código de Ética

Verificamos que a entidade adota um Regimento Interno, bem como o Código de Ética do Grupo Votorantim. Porém, está em estudo um código adaptado à Funsejem e adequado à Resolução MPS/CGPC nº13, de 1º de outubro de 2004.

5 – Controles Internos

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- Controles das Contribuições
- Controle dos Benefícios Concedidos
- Controle das Contas dos Participantes
- Controle da Portabilidade
- Controle da Contabilidade por Planos
- Controle dos Custos Tributários
- Controle da Execução Orçamentária
- Controle da Política de Investimentos
- Controle da Agenda de Obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal e Divulgações.

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles da entidade estão adequados ao modelo de governança proposto na Resolução MPS/CGPC nº13, de 1º de outubro de 2004.

REFERÊNCIA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 17/08/2006, verificou a documentação disponibilizada pela entidade para análise do resultado da execução do planejamento orçamentário e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Execução do Custeio Administrativo

Verificamos que as receitas e despesas estimadas estão sendo realizadas acima de suas estimativas, conforme demonstrado a seguir:

Acompanhamento Orçamentário Custeio Administrativo

DESCRIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	RESULTADO
FONTES DE CUSTEIO	R\$ 795.174,00	R\$ 1.017.292,66	R\$ 222.118,66
Administração previdencial	R\$ 747.354,00	R\$ 897.113,48	R\$ 149.759,48
Administração dos investimentos	R\$ 47.820,00	R\$ 120.179,18	R\$ 72.359,18
DESPESAS	R\$ 795.174,00	R\$ 871.892,93	R\$ (76.718,93)
ADMINISTRAÇÃO DO PREVIDENCIAL	R\$ 747.354,00	R\$ 821.740,94	R\$ (74.386,94)
Pessoal/encargos sociais	R\$ 340.602,00	R\$ 328.212,16	R\$ 12.389,84
Serviços de terceiros	R\$ 200.880,00	R\$ 238.901,75	R\$ (38.021,75)
DESPESAS GERAIS	R\$ 196.836,00	R\$ 243.336,07	R\$ (46.500,07)
Comunicação	R\$ 130.116,00	R\$ 127.053,54	R\$ 3.062,46
Outras despesas	R\$ 66.720,00	R\$ 116.282,53	R\$ (49.562,53)
DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	R\$ 9.036,00	R\$ 11.290,96	R\$ (2.254,96)
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	R\$ 47.820,00	R\$ 50.151,99	R\$ (2.331,99)
Serviços de terceiros	R\$ 47.820,00	R\$ 50.151,99	R\$ (2.331,99)

COMENTÁRIOS:

- a) Houve aumento da contribuição em função do aumento das folhas de salários das patrocinadoras.
- b) As despesas com serviços de terceiros ultrapassaram o valor projetado em função de trabalhos extras, tais como a contratação da consultoria tributária Junqueira de Carvalho Advogados Associados e trabalhos desenvolvidos pela Towers Perrin não previstos no contrato de consultoria, alteração do regulamento e cálculos de estimativas de invalidez e morte.
- c) O item outras despesas é composto por materiais, encargos diversos e entidades de classe. Ultrapassou o limite orçado devido ao pagamento das licenças de software à TBA Informática e ao recolhimento de tributos em processo de dívida ativa referente ao ano base 2002, acrescido de multa e juros.
- d) As despesas com depreciação fecharam o semestre com valor superior ao projetado em função da compra de novos ativos.
- e) Os serviços de terceiros no grupo de administração dos investimentos superaram em 12,7% o previsto em orçamento, devido ao aumento das taxas de controladoria.

São Paulo, 17 de agosto de 2006.

André Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

José Renato Hilst Izar
Conselheiro

Luiz Ferreira Neves
Conselheiro

Daniel Parizi
Conselheiro Suplente